

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

05 de outubro de 2021



A semana passada foi marcada pela passagem do dia 28 de setembro - Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe e, por isso, nosso Radar também se concentra no tema.

Na América Latina, o Chile caminha para se colocar ao lado dos países que reconhecem a autonomia das mulheres para decidir sobre sua vida reprodutiva. A Câmara chilena aprovou, com 75 votos a favor, 68 contrários e 2 abstenções, o projeto para despenalizar o aborto consentido pela mulher, até o período de catorze semanas de gestação.

Atualmente, a legislação chilena é bem semelhante à do Brasil: autoriza a realização do aborto nos casos de risco de vida para a mulher, se o feto apresentar uma doença congênita ou genética que o leve à morte ou se a gravidez for resultado de um estupro. A matéria segue para discussão no Senado.

Por aqui, na Câmara Federal, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realiza nesta sexta-feira (8/10) uma Audiência Pública para discutir o PL 434/2021 que "Institui o Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro". A proposta tramita apensada ao PL 478/2007, junto com outras 19 proposições. As convidadas e convidados são conhecidos por suas posições contrárias ao direito ao aborto, inclusive nos casos hoje autorizados por lei.

Essa Audiência e o [requerimento 47/2021](#), para a realização de audiência apresentado pelo deputado Emanuel Pinheiro, relator da matéria, mobilizou no mesmo sentido deputadas integrantes da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular. Foi aprovado na Comissão dos Direitos da Mulher um requerimento para audiência pública com o objetivo de ouvir representantes de organizações que defendem o direito das mulheres decidirem sobre sua vida reprodutiva.

As deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Érika Kokay (PT/DF) apresentaram o [REQ 55/2021](#), que solicita nova audiência sobre o tema, e o [REQ 56/2021](#) (Fernanda Melchionna (PSOL/RS)) para a inclusão da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras entre as organizações ouvidas.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) também aprovou a realização de audiência pública para debater a proposta do Estatuto do Nascituro. O [REQ 341/2021](#) foi apresentado pelas deputadas Vivi Reis (PSOL/PA), Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Tereza Nelma (PSDB/AL) e os deputados Jorge Solla (PT/BA) e Alexandre Padilha (PT/SP) e já indica uma série de organizações como convidadas. O PL 478/2007 tramita com 19 proposições a ele apensadas.

Vale lembrar que o Estatuto do Nascituro é o projeto em tramitação mais rechaçado pelas organizações de mulheres e feministas. Se aprovado, ele não só criminalizaria o aborto em qualquer situação, como instituiria a Bolsa Estupro, uma espécie de auxílio para vítimas de violência, a ser paga pelo Estado ou pelo estuprador.

2 Ainda no tema do aborto, na CMULHER, a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) foi designada relatora do [PL 2611/2021](#), que Institui o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto. A proposta, de autoria do Poder Executivo, inicialmente tinha sido apensada ao [PL 5.617/2016](#), que Institui o Dia Nacional de Conscientização Antiaborto, que por sua vez está apensado ao PL 4642/2016, que dispõe sobre a prevenção e conscientização dos riscos e consequências relacionados ao aborto.

Mas a Mesa Diretora acatou o [requerimento 1837/2021](#) para que o PL 2611/2021 tramitasse de forma independente. O presidente Bolsonaro e a ministra Damares têm interesse direto nessa pauta, com posições que não reconhecem o direito das mulheres interromperem uma gravidez. Na semana passada foi apresentado, pela Deputada Caroline de Toni (PSL-SC) e outros, o [Requerimento 1930/2021](#) para que o PL 2611/2021 tramite em regime de urgência urgentíssima.

É importante lembrar que requerimentos não tem efeito de alterar a legislação existente. Eles são uma forma de pedido, seja para discutir um projeto, propor uma audiência pública ou pedir urgência para uma legislação. No entanto, as movimentações revelam o interesse de parlamentares em avançar ou resistir a essa agenda.

Tivemos também a aprovação na CSSF, do [REQ 63/2021](#), de autoria da deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que requer a adoção de providências cabíveis para apurar a denúncia de violação do direito ao aborto legal a menina vítima de estupro e violência institucional no interior de Minas Gerais.

A proposta foi aprovada por todos os deputados e deputadas presentes, com exceção da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), a única a votar contra a proposta. Postura que, infelizmente, não é de se estranhar, pois Tonietto tem sido uma das principais vozes na Câmara contra o direito das mulheres de decidirem sobre sua vida reprodutiva.

O que pudemos ver, aqui no Brasil, nesse 28 de setembro, é que as mulheres brasileiras seguem organizadas e se manifestando de diferentes formas pelo direito de gerir autonomamente sua vida reprodutiva. E seguem exigindo que o Estado assegure as condições para que a sua decisão seja respeitada, com o apoio necessário para aquelas que desejam ter filhos e para aquelas que optem por não os ter.

No Senado, a CPI do Genocídio caminha para a conclusão de seus trabalhos, com provas mais do que contundentes dos crimes cometidos pelo governo Bolsonaro na condução da pandemia, que se aproxima do inaceitável número de 600 mil mortes.

O Brasil se manifestou nas ruas mais uma vez, no dia 2 de outubro, se posicionando contra o governo Bolsonaro e Mourão. Enquanto a população brasileira passa fome, está desempregada e sofre as trágicas consequências da pandemia, [matéria investigativa](#) revela que Paulo Guedes, Ministro da Economia, e Campos Neto, presidente do Banco Central, mantêm empresas em paraísos fiscais.

EM PAUTA NA SEMANA DE 27 DE SETEMBRO a 1º DE OUTUBRO

Nessa semana, continua na pauta do Plenário a discussão do PL 2058/2021, sobre as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

E entrou em pauta o projeto 10018/2018, com origem no Senado Federal, que altera a Lei Maria da Penha (mais um).

Este é bem intencionado e tenta suprir a lacuna da falta de políticas públicas. A proposta é determinar reserva de vagas em cursos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e pelo Sebrae às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Veja a Agenda completa das Comissões [AQUI](#).

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 27 a 31 DE SETEMBRO

CÂMARA

O **Plenário** aprovou o [REQ 1902/2021](#) (Capitão Alberto Neto - REPUBLIC-AM) para regime de urgência na apreciação do PL 3878/2020, que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego.

A **Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC)** aprovou o [REQ 136/2021](#) (Pompeo de Mattos - PDT/RS) para a realização de audiência pública para debater o [PL 1184/2003](#) as normas para a realização de procedimentos de Reprodução Humana Assistida no Brasil”.

A **Comissão do Esporte (CESPO)** aprovou o parecer na forma do substitutivo, do PL 1484/2019 (Heitor Schuch – PSB/RS) que determina que empresas de direito público, no âmbito federal, ao patrocinarem clubes de futebol, destinem 5% do valor do patrocínio para ser utilizado em prol do futebol feminino. A matéria vai à CFT.

A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)** aprovou o [REQ 62/2021](#) (Tereza Nelma – PT/PI) para a realização de audiência pública para apresentação e debate de futura proposição que “Institui o Dia Nacional das Remadoras Rosa do Brasil de Dragon Boat e o Dia Nacional da Remada Rosa das Remadoras Rosa do Brasil; e o [REQ 63/2021](#) (Fernanda Melchionna -PSOL/RS) já citado.

Já o [PL 4164/2020](#) (Margarete Coelho – PP/PI e Soraya Santos – PL/RJ) que altera o Estatuto da Advocacia, para assegurar a igualdade de gênero na composição dos cargos diretivos e dos Conselhos no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), teve aprovado o parecer pela aprovação, com substitutivo e será agora discutida na CCJC.

A **Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)** concedeu vistas ao Deputado Subtenente Gonzaga para que analise o [PL 7582/2014](#) (Maria do Rosário – PT/RS) que “define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los; e ao deputado Alexandre Leite para que analise o [PL 1320/2019](#) (Dr. Jaziel - PR-CE), que institui o Cadastro de Agressores de Mulheres

SENADO FEDERAL

O Plenário do Senado aprovou o [Substitutivo da Câmara 3/2018](#), ao [PLS 8/2016](#), que institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo). A matéria vai à sanção.

5

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

DE 25 DE SETEMBRO A 1º DE OUTUBRO

Autonomia nas decisões de sua vida reprodutiva

[PL 3382/2021](#) (Soraya Manato - PSL/ES), altera a Lei que dispõe sobre a saúde suplementar, para proibir a exigência de consentimento de cônjuge ou companheiro para autorização ou reembolso de procedimentos de contracepção.

Respeito a opção das gestantes

[PL 3325/2021](#) (Nivaldo Albuquerque - PTB/AL), dispõe sobre a obrigatoriedade das redes públicas e privada de saúde respeitarem a opção do parto cesárea as gestantes com óbito fetal, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal.

Treinamento dos pais para prevenção de acidentes com recém-nascidos

[PL 3387/2021](#) (Alexandre Frota - PSDB/SP), estabelece aos hospitais e maternidades do sejam obrigados a oferecer aos pais ou responsáveis de recém-nascidos, orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita.

Possibilidade de desfazer sociedade com o agressor

[PL 3393/2021](#) (senador Jorginho Mello – PL/SC), altera a Lei Maria da Pena e o Código Penal para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Perfil genético de condenados

[PL 3373/2021](#) (Senadora Eliane Nogueira - PP/PI), altera a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados pelos crimes que especifica.

Justiça comum para militares que pratiquem crimes sexuais

[PL 3362/2021](#) (Vivi Reis - PSOL/PA), estabelece a competência da justiça comum para o processamento e julgamento de crimes sexuais quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado contra vítima civil ou militar.

Propostas ampliam os direitos da população LGBTQI+

As deputadas Marília Arraes (PT/PE) e Benedita da Silva (PT/RJ) apresentaram o [PL 3317/2021](#), para dispor sobre as comissões de heteroidentificação, na forma que especifica. O senador Fabiano Contarato (REDE/ES), por sua vez, apresentou o [PL 3395/2021](#), que garante direitos a pessoas transexuais e travestis no cumprimento de pena em estabelecimentos prisionais, e o [PL 3394/2021](#), para garantir, de forma gratuita, a pessoas transgêneros o direito à retificação de seu prenome e sexo.

Auxílio gás para pessoas em situação de vulnerabilidade

[PL 3354/2021](#) (Aguinaldo Ribeiro – PP/PB), dispõe sobre a concessão do auxílio gás para as pessoas em condições de vulnerabilidade social para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia provocada pelo Covid-19.

MOVIMENTAÇÕES NO GOVERNO FEDERAL

[Resolução nº 1, de 30 de agosto de 2021](#), aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

[Decreto nº 10.815, de 27 de setembro de 2021](#), altera o Decreto que institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

[Lei nº 14.208, de 28 de setembro de 2021](#), altera a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições para instituir as federações de partidos políticos.

[Emenda Constitucional nº 111](#), altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.

[Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021](#), institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.

VALE A PENA CONFERIR

CEPIA | [O avanço do conservadorismo religioso X A autonomia sexual e reprodutiva das mulheres](#)

Revista AzMina | [De corpo e alma na luta: a enfermeira que batalha pelo aborto seguro há 40 anos](#)

Gênero e Número | [Aborto legal na mira: 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez](#)

Coletivo Movimentos | [Coronavírus nas Favelas: A Desigualdade e o Racismo sem Máscaras](#)

Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual – NUAVIDAS/HC-UFU | [Encontro 7: “Aborto legal no Brasil: produção do cuidado e reflexões éticas”](#)

Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto | [Ecoando os sons pela descriminalização e legalização do aborto, a playlist 28 de setembro 2021, disponível na plataforma Spotify.](#)

8



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).